

NAÇÕES UNIDAS

Décima primeira sessão

São Paulo, 13–18 Junho de 2004

UNCTAD XI – O Espírito de São Paulo

Nós, os Estados membros da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, reunidos em São Paulo, Brasil, entre 13 e 18 de junho de 2004, para a décima primeira sessão da Conferência, concordamos com a seguinte Declaração:

1. A UNCTAD foi criada em 1964 como uma expressão da crença de que era necessário um esforço cooperativo da comunidade internacional para integrar com sucesso os países em desenvolvimento na economia mundial. Desde então, a UNCTAD tem feito uma contribuição substancial aos esforços dos países em desenvolvimento de participar mais plenamente e de se adaptar às mudanças na economia mundial. A UNCTAD tem propiciado um fórum valioso para o progresso do interrelacionamento entre comércio e desenvolvimento, tanto de uma perspectiva nacional e como internacional, através dos três pilares de seu mandato.
2. A Declaração do Milênio, o Consenso de Monterrey, o Programa de Ação para os PMDs, o Programa de Ação de Almaty, o Programa de Ação de Barbados, a Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação acordados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, e a Declaração de Princípios e o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação, assim como as iniciativas para a reforma das NU, fortalecem o multilateralismo e estabelecem um mapa para as ações em níveis nacional e internacional no processo de mobilizar recursos para o desenvolvimento e de prover um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento. Temos o compromisso de juntar todos os nossos esforços em alcançar as metas estabelecidas nestes textos dentro dos prazos concordados. O sistema das Nações Unidas deve buscar ativamente as metas acordadas de desenvolvimento entre agora e 2015, conforme identificadas na Declaração do Milênio, e a UNCTAD tem um papel importante a desempenhar nos esforços visando o cumprimento destes objetivos comuns.
3. Apesar de todos os esforços em nível nacional e internacional para promover o crescimento, o desenvolvimento continua a questão central na agenda global. Os contrastes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento que marcaram o mundo no início dos anos 1960 ainda estão presentes hoje. De fato, a lacuna entre eles cresceu em muitos aspectos. Embora a globalização tenha representado desafios importantes e aberto novas oportunidades para muitos países, suas consequências têm sido altamente desiguais entre os países e dentro dos países. Alguns colheram os benefícios dos fluxos de comércio, investimento e tecnologia e parecem estar ganhando a luta pelo desenvolvimento e pela erradicação da pobreza.

SAO.04-329

Cópia adiantada

TD/L.382

página 2

4. A maioria dos países em desenvolvimento, contudo, especialmente os PMDs e os países africanos, continuou às margens do processo de globalização. Ainda enfrentam grandes desafios para a realização de seu potencial econômico e a incorporação de grandes massas de desempregados em setores produtivos. Há uma necessidade de focar a habilidade do comércio internacional de contribuir para o alívio da pobreza. Há também necessidade de um foco maior sobre commodities, inclusive a questão da instabilidade dos preços mundiais de commodities.

5. Para todos os países, é importante que, em nível internacional, os esforços possam ser dispostos e as políticas implementadas a fim de facilitar os ajustes internos e remover as restrições externas para colocar o mundo em desenvolvimento em um caminho firme e sustentável ao desenvolvimento. Podemos, corretamente, dizer que, 40 anos depois da fundação da UNCTAD, o relacionamento entre o comércio e o desenvolvimento, que é a pedra angular de seu mandato, se tornou ainda mais importante com o aprofundamento da globalização.

6. Estamos comprometidos a lutar pela erradicação da pobreza e da fome. As medidas e os instrumentos políticos, em níveis nacional e internacional, devem ser adotadas, em particular em áreas do comércio e financiamento inclusive através de novas iniciativas financeiras, de modo a encorajar a criação de oportunidades para os homens e as mulheres pobres do mundo terem acesso aos empregos e à remuneração estável e adequada. Este é um caminho sustentável para reformas, estabilidade e crescimento.

7. A situação difícil dos países menos desenvolvidos deve receber a maior atenção por parte da comunidade internacional. Temos o compromisso de gerar e utilizar melhor os recursos internacionais adicionais, o acesso a mercados e a assistência técnica para os PMDs a fim de capacitá-los a estabelecer, no contexto de políticas nacionais efetivas, uma base sólida para seus processos de desenvolvimento.

8. As negociações comerciais multilaterais, sob o Programa de Trabalho de Doha, devem ser aceleradas com vistas a uma conclusão antecipada e bem sucedida que reflita plenamente o nível de ambição acordado em Doha.

Na medida em que coloca o desenvolvimento no centro das negociações comerciais multilaterais pela primeira vez, o Programa de Trabalho de Doha converge para e reforça o mandato da UNCTAD. A esse respeito, todos os membros da OMC estão comprometidos a fazer com que os resultados das negociações comerciais sejam verdadeiramente sensíveis às preocupações com o desenvolvimento. A adesão dos países em desenvolvimento, especialmente os PMDs e os países com economias em transição, à OMC deve ser facilitada.

9. Reconhecemos que uma maior coerência entre os esforços nacionais e internacionais e entre os sistemas internacionais monetário, financeiro e comercial é fundamental para uma sólida governança econômica global. Temos o compromisso de intensificar a coerência entre esses sistemas a fim de aumentar sua capacidade de responder melhor às necessidades de desenvolvimento. A dimensão institucional em termos de melhor governança global é fundamental aqui. Devemos, também, continuar a trabalhar na criação de sinergias positivas entre comércio e finanças e em como ligar esses esforços ao desenvolvimento. Em particular, deve-se dedicar a atenção a melhorar os fluxos internacionais de capital para o desenvolvimento, através *inter alia* de mecanismos financeiros inovadores, assim como a lidar com a volatilidade dos mercados internacionais de capital. As medidas para assegurar a

sustentabilidade da dívida no longo prazo dos países em desenvolvimento devem continuar a ser objeto de reflexão séria e ação apropriada.

10. Devemos, também, focar as oportunidades e os desafios futuros. Além dos recursos nacionais, a acumulação de capital e a disponibilidade de trabalho, novos fatores como informação, inovação, criatividade e diversidade constituem as forças dinâmicas da economia mundial. Temos o compromisso de fazer uma ponte na divisão digital e assegurar o desenvolvimento harmonioso, justo e equitativo para todos e a construir uma sociedade de informação inclusiva, que exigirá a parceria e a cooperação entre os Governos e outras partes interessadas, isto é, o setor privado, a sociedade civil e as organizações internacionais.

11. Uma integração mais positiva dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição nos fluxos comerciais internacionais e no sistema comercial multilateral depende também da adoção de políticas internas para subir o nível visando setores que incorporem inovação e que se expandam mais dinamicamente. Para alcançar estes resultados, os países devem usar a habilidade de explorar opções e manter o espaço necessário para política a fim de chegar ao melhor equilíbrio possível entre as diferentes abordagens em suas estratégias de desenvolvimento nacional.

TD/L.382
página 3

12. O processo de desenvolvimento exige uma participação maior de todas as forças sociais e políticas na criação de consenso para a adoção de políticas nacionais efetivas. Reconhecemos a importância de todas as partes interessadas, isto é, Governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais, e a contribuição que todos podem fazer, em cada país, para a boa governança. Embora o desenvolvimento seja uma responsabilidade primária de cada país, os esforços internos devem ser facilitados e complementares por um ambiente internacional capacitador, baseado nas regras multilateralmente acordadas e aplicadas. As políticas de desenvolvimento devem reconhecer a importância das forças de mercado, no contexto de um ambiente empresarial capacitador que poderia incluir políticas de consumidor e concorrência apropriada, na promoção do crescimento, através do comércio, investimento e inovação. Devem também reconhecer a importância da contribuição do estado em conferir estabilidade política e econômica, desenvolvendo as estruturas regulatórias necessárias, canalizando os recursos para projetos sociais e de infra-estrutura, promovendo a inclusão social e reduzindo as desigualdades. Temos o compromisso de apoiar os esforços nacionais voltados à construção de instituições em países em desenvolvimento. Acreditamos, também, que as cidades e as regiões têm um papel importante a desempenhar nestes esforços.

13. Apesar de ainda limitado a um certo número de países, há sinais encorajadores de que uma fonte significativa de crescimento global está sendo gerado no Sul. Este novo acontecimento está contribuindo para criar uma nova geografia do comércio mundial. Acentuamos a importância das iniciativas para facilitar o surgimento de novos centros dinâmicos de crescimento no Sul através de passos adicionais para a integração dessas economias emergentes com outros em desenvolvimento. Isso pode ser alcançado, *inter alia*, por meio de um Sistema Global de Preferências Comerciais mais abrangente entre os Países em Desenvolvimento, que deve também tratar dos problemas dos PMDs.

14. Dada a crescente importância das iniciativas regionais e interregionais, encorajamos a UNCTAD a desenvolver ainda mais as capacidades projetadas para ajudar os países a

participarem efetivamente dessas iniciativas, assegurando ao mesmo tempo as ligações funcionais e coerentes com o sistema multilateral.

15. As decisões que adotamos nesta UNCTAD XI, acrescidas do Plano de Ação de Bangkok, formam uma base sólida para se construir sobre ela e são instrumentos essenciais de nosso compromisso constante de apoiar a UNCTAD no desempenho de seu mandato como ponto focal dentro das Nações Unidas para o tratamento integrado do comércio e desenvolvimento, a caminho de sua décima segunda sessão em 2008.
